

DESTAQUES



Conflito entre Direcção Distrital e Provincial da Educação na Zambézia expõe milhões de gastos sem resultados palpáveis



Somos o melhor parceiro audiovisual

Dispomos os seguintes serviços: i) **Consultoria Multimédia**; ii) **Assessoria de Imprensa**; iii) **Produção Audiovisual**.

ANUNCIE CONNOSCO

E-mail: comercial@hojeemmocambique.org



Nampula - Moçambique
E-mail: comercial@hojeemmoçambique.org

Desafios no primeiro mandato

Edil de Morrumbala reconhece a situação da degradação de vias de acesso que a vila enfrenta



©Hoje em Moçambique: Vias de acesso em Morrumbala

As informações foram avançadas numa entrevista concedida pelo edil do Conselho Autárquico da Vila-Sede do distrito de Morrumbala, província da Zambézia, José Jonimeia Jonasse, que destacou diversos desafios enfrentados neste seu primeiro mandato nesta parcela do país.

Entre os vários problemas que o distrito enfrenta, Jonasse começou por destacar a questão das vias de acesso, situação que tem levantado debates



José Jonimeia Jonasse, Edil de Morrumbala

entre os munícipes e diversos agentes económicos da província, sobretudo no que diz respeito ao transporte de bens e produtos destinados à comercialização naquele distrito. “Nós tivemos um fundo alocado para estradas, equivalente a sete milhões, e este mesmo valor foi usado para a contratação de empreiteiros, de modo a organizar as vias de acesso na vila”, afirmou o edil. Sem avançar o montante que foi disponibilizado em 2025 para atender este problema, acrescentou que a edilidade possui um plano de pavimentação de algumas vias que se encontram em piores condições dentro da urbe.

Para além da degradação das vias de acesso, a questão do abastecimento de água potável continua a ser outro grande desafio. Esta situação obriga a população local a percorrer longas distâncias para obter o precioso líquido para consumo e outras necessidades básicas. Relativamente a este assunto, o edil reconheceu que as comunidades têm enfrentado dificuldades, “não temos água potável que sai das torneiras, mas as comunidades estão a usar

os sistemas de abastecimento de ‘djiga-djiga’ (fontenárias)”, frisou para acrescentar que ainda a edilidade continua em coordenação com os parceiros para requalificar os sistemas e, assim, garantir água potável à população local.

Outro desafio mencionado foram as manifestações pós-eleitorais, que provocaram retrocessos em vários distritos e províncias do país. Morrumbala não ficou de fora, tendo registado a destruição de diversas infra-estruturas públicas e privadas, incluindo o edifício protocolar do edil, facto que o obri-

gou a abandonar o distrito por temer pela sua vida.

Ainda nesse período, cerca de 1.000 cidadãos refugiaram-se na vizinha Malawi, em busca de segurança e melhores condições de vida. Contudo, segundo José Jonimeia Jonasse, o distrito vive agora um ambiente de calmo, e os cidadãos já estão a regressar às suas comunidades de origem, “a situação já está calma e as pessoas que estavam no Malawi já estão a voltar para Morrumbala”.

De referir que, apesar dos desafios enfrentados pela edilidade do Conselho Autárquico da Vila-Sede de Morrumbala, e estando ainda no seu primeiro mandato, o edil faz uma avaliação positiva. Segundo ele, a vila já apresenta progressos, como a aquisição de maquinaria, a montagem de candeeiros e outras actividades em curso para o desenvolvimento do distrito.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Província do Niassa

No coração de Metangula, a beleza da paisagem esconde um problema social ignorado: a prostituição

Nos últimos tempos, a prostituição tem assumido contornos alarmantes em várias comunidades e pontos do país. Trata-se de um problema muitas vezes silencioso e invisível aos olhos do público, mas que se tornou uma alternativa de sobrevivência para dezenas de mulheres e raparigas.

Nesta matéria, baseamo-nos no distrito de Metangula, localizado a mais de 110 km da cidade de Lichinga. Durante o dia, tudo parece normal, uma paisagem deslumbrante, águas cristalinas rodeadas por montanhas. Mas, à noite, revela-se um lado obscuro: a prostituição, um problema social que divide opiniões e que poucos têm coragem de debater.

A equipa do Hoje em Moçambique tentou conversar com algumas trabalhadoras do sexo para entender o que está por detrás dessa prática que vem ganhando força, mas permanece ignorada. Nas primeiras tentativas, percebemos que muitas preferem não falar sobre o assunto, devido à sua natureza.

“Não vou falar nada, é um assunto difícil de abordar, porque não é possível explicar o que fazemos, mas aqui acontece de tudo, menos nada”, contou em anonimato, uma das entrevistadas.

O objectivo era recolher histórias que ajudassem a esclarecer os motivos que levam mulheres e raparigas a enveredar por este caminho. Após alguma insistência, conseguimos falar com três mulheres, sob condição de anonimato. Suas histórias são marcadas por fuga do lar, dificuldades financeiras e decisões que, em muitos casos, se transformaram no pior pesadelo

na vida dessas mulheres e raparigas daquela e ponto da província.

“Nós fazemos esses serviços não é porque



©Hoje em Moçambique: Fonte anónima

temos dinheiro. É um sofrimento que estamos a viver, e isso serve apenas para sustentar as crianças”, afirmou Ana (nome fictício), moçambicana, 29 anos, mãe de quatro filhos.

“Cheguei aqui por causa das condições de vida. Quando tive o meu primeiro filho, todos os meus familiares me abandonaram. À noite consigo ganhar apenas 300 meticais, só para sustentar a minha criança”, relatou Madalena (nome fictício), de 18 anos, mãe de primeira viagem.

“Nesta actividade, não ganhamos nada que cubra as nossas necessidades. A vida não está fácil”, desabafou Lola (nome fictício), de 26 anos.

Os depoimentos convergem num só ponto, a vulnerabilidade socioeconómica. Outra possibilidade que ajuda a explicar o fenómeno em Metangula é a localização geográfica. A província de Niassa faz fronteira com Malawi e Tanzânia, o que favorece a presença de camionistas, viajantes e comerciantes, alimentando o mercado do sexo, sobretudo nas zonas próximas aos postos fronteiriços e nas principais vias de acesso.

Apesar de algumas ONG's realizarem

campanhas de educação sexual, distribuírem preservativos e prestarem apoio psicossocial, a prostituição continua longe de ter um fim. As próprias trabalhadoras relatam que, muitas vezes, a ajuda humanitária não chega de forma gratuita. Além das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV/SIDA, há relatos frequentes de violência, clientes que se recusam a pagar ou recorrem à força para obter o que querem.

O problema não se restringe em Metangula. Em Lichinga, capital provincial, encontramos situações semelhantes. No mercado de Chuaula, por exemplo, até menores de idade estão envolvidas. Tal como em Metangula, o dia é marcado pelo comércio de bens, mas, à noite, emerge outro tipo de negócio, o chamado “comércio das saias”.

De referir que, enquanto soluções concretas não chegam, a prostituição em Moçambique continua a crescer de forma silenciosa, alimentada pela desigualdade, pelo desemprego e pelo silêncio social.

Por: REDACÇÃO

Luabo sem escola de raiz

Conflito entre Direcção Distrital e Provincial da Educação na Zambézia expõe milhões de gastos sem resultados palpáveis

Os conflitos estão relacionados com as obras de construção da Escola Secundária de Luabo, que poderia albergar mais de quatro mil alunos daquele distrito, tiveram início em meados de 2016. No entanto, o problema surgiu com a paralisação das actividades de construção, que ocorreu ainda no final do mesmo ano, resultando num atraso de mais de cinco anos. Durante todo este período, a escola beneficiou de quatro empreitadas adjudicadas para a continuidade das obras, mas nenhuma conseguiu concluir o projecto, devido a vários motivos.

Assane César, Director Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Luabo, atribui a responsabilidade aos empreiteiros adjudicados, “de certeza, falha como falha, deve-se ao empreiteiro das obras. Sabe-se muito bem que estas obras iniciaram em 2016 e, no final do mesmo ano, foram paralisadas”. Sem avançar o valor orçamentado ou o prazo previsto, Cesar garantiu que o empreiteiro adjudicado teria recebido o pagamento na



@Hoje em Moçambique: Obras paralisadas, ainda não tem próximos passos para conclusão

totalidade da obra. “Um empreiteiro que já foi pago a 100%, o que falta para poder terminar?”, questionou Assane César.

Enquanto o Director Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Luabo, Assane Cesar, afirma que ao empreiteiro adjudicado foi canalizado o valor para a realização total das obras, a Direcção Provincial de Educação surge para desmentir e explicar o que teria acontecido. “Em 2016 foi adjudicado um empreiteiro com base no orçamento disponível. Tínhamos pouco mais de oito milhões de meticais. Este empreiteiro construiu 10 salas de aula, mas essas não foram concluídas não porque o empreiteiro tivesse recebido todo o valor, mas porque se tratava de uma fase da construção”, explicou Caunda Mutecomala, Porta-voz da Educação da Zambézia, e acrescentou ainda que as obras da Escola Secundária de Luabo não foram abandonadas, mas encontram-se em fase de construção.

No entanto, já passaram cerca de cinco anos desde a paralisação, sem que haja esclarecimentos sobre os

próximos passos para a conclusão. A Direcção Provincial afirma não ter havido pagamento total para o término da obra, levantando a questão: afinal, sobre quem recai a culpa?

Segundo Cesar, o tema tem sido recorrente nas reuniões de planificação e nos conselhos de coordenação da educação. A fonte lamenta, “quando apresento esta questão, a própria Direcção Provincial diz que estamos mal com o Director de Edu-



Assane César, Director Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia de Luabo



Caunda Mutecomala, Porta-voz da Educação da Zambézia

cação de Luabo. Mas não é isso. Não faz sentido um distrito como este não ter uma escola de raiz, enquanto outros distritos já têm”.

Quanto aos valores canalizados, Mutecomala esclareceu que, só em 2016, foram disponibilizados mais de 13 milhões de meticais para a execução da obra, cerca de 8 milhões para uma parte do edifício, 2,1 milhões para a

construção do muro e 3,2 milhões para os blocos multiuso. Ainda assim, a escola permanece inacabada.

O porta-voz acrescentou que, para a conclusão das obras, seriam necessários pouco mais de 37 milhões de meticais, “se o sector tivesse, neste momento, mais de 37 milhões de meticais, poderíamos concluir a obra. Como sabem, os

preços dos materiais de construção subiram”.

De ressaltar que, devido à paralisação da obra, mais de quatro mil alunos continuam a ter aulas debaixo de árvores e em salas improvisadas, à espera que a escola seja finalmente concluída.

Por: CAMANETE AGOSTINHO

Alusivo aos 69 anos da Cidade de Nampula

Presidente do Município de Nampula promete novas estradas, sanitários públicos e acabar com o desvio de rotas

Durante as celebrações do Dia da Cidade de Nampula, realizadas na Praça dos Heróis, no dia 22, estiveram presentes várias figuras do Estado, líderes políticos e civis. Na ocasião, diversos assuntos foram abordados e promessas foram feitas pelo Presidente do Conselho Municipal de Nampula.

Luís Giquira, Presidente do Município de Nampula, mostrou-se satisfeito e destacou algumas estradas já reabilitadas, “a Rua



@Hoje em Moçambique: Treinamento de fiscais

de Tete deixou de ser um sofrimento para os automobilistas e passageiros. Assim como outras vias, tornámos a circulação mais confortável”.

Ainda na mesma intervenção, Giquira afirmou que irá construir sanitários públicos para garantir melhores condições de saúde, “temos visto as nossas acácias quase a morrer, porque muitos municípios não têm sanitários para atender às suas primeiras necessidades. Nós, como Conselho Municipal, estamos preocupados com a saúde pública e iremos construir sanitários públicos na Avenida Samuel Kankomba

para servir melhor os nossos municípios”.

O edil acrescentou ainda que serão abertas duas ruas alternativas para descongestionar a Avenida do Trabalho, “uma delas é a que parte do New Hotel até à Central Eléctrica”, disse o Presidente do Conselho Municipal de Nampula.

Quanto ao transporte público, Giquira afirmou estar a procurar soluções tecnológicas para combater o encurtamento de rotas, prática recorrente na cidade, “temos recebido várias queixas sobre o encurtamento de rotas. Os mu-

nícipes pagam a tarifa fixada para o transporte público, mas são deixados antes de chegar ao destino. Estamos preocupados e apostamos em recorrer à tecnologia: todos os chapeiros da cidade de Nampula irão receber um chip nas suas viaturas para ajudar a controlar os percursos, e os que encurtarem a rota serão penalizados”.

Por: ÂNGELA TAUABO

CRÓNICA DO DIA

Durante séculos, o poder político recorreu à estratégia de dividir para reinar como forma de consolidar domínio sobre populações diversas. O princípio, amplamente utilizado por impérios coloniais, consistia em fomentar rivalidades internas, alimentar desconfianças entre grupos e impedir que se formassem alianças capazes de desafiar o centro do poder. Em Moçambique, essa lógica foi aplicada com precisão durante o período colonial, através da fragmentação étnica, territorial e administrativa. Mais tarde, reapareceu em contextos de guerra civil, disputas partidárias e na gestão desigual dos recursos públicos.

Hoje, essa estratégia não desapareceu. Apenas mudou de palco. O que antes se desenrolava em gabinetes e praças, agora acontece em feeds, hashtags e comentários. As redes sociais tornaram-se o novo campo de batalha da cidadania, onde a polarização substitui o debate.

Num país marcado por desigualdades persistentes, juventude desempregada e instituições frágeis, as redes sociais emergem como espaço de expressão, mas também de confronto. O que poderia ser um terreno fértil para o diálogo democrático tornou-se um epicentro de intolerância política. Desde as eleições de Outubro de 2024, Moçambique vive uma escalada de agressividade digital. Insultos, cancelamentos e perseguições virtuais a figuras públicas associadas ao partido no poder e, em alguns casos, à oposição tornaram-se rotina.

A polarização atingiu níveis alarmantes. Cidadãos que outrora partilhavam preocupações comuns sobre saúde, educação ou segurança hoje enfrentam-se como inimigos ideológicos. Uns odeiam. Outros julgam-se donos da razão. Há quem responda com toxicidade e intolerância. O contraditório deixou de ser bem-vindo. Tornou-se ameaça.

Contudo, importa reconhecer que dividir para reinar e manipular para reinar não são estratégias confinadas à esfera política. Elas infiltram-se no quotidiano, muitas vezes de forma silenciosa. Estão presentes nas famílias, quando se alimentam rivalidades entre irmãos ou se exclui o diálogo intergeracional. Estão nas escolas, quando se promove a competição sem cooperação, ou se marginaliza quem pensa diferente. Estão nos locais de trabalho, quando se semeia desconfiança entre colegas, ou se manipula a informação para manter o controlo. Estão nos mercados, onde o boato destrói reputações. Estão nos campos de futebol, onde a rivalidade desportiva se transforma em intolerância tribal.

E, claro, estão nas redes sociais, que amplificam tudo isto com velocidade e alcance sem precedentes. A lógica algorítmica não distingue entre política e afectos, entre instituições e re-

lações pessoais. O que importa é o engajamento. E o engajamento, em tempos de fragmentação, é quase sempre movido pela emoção mais divisiva: a indignação.

A estratégia de manipular para reinar actua pela distorção da realidade. Não se trata apenas de dividir, mas de confundir. De criar versões paralelas dos factos, de fabricar inimigos imaginários, de alimentar teorias que substituem o jornalismo por especulação. E tudo isto acontece sob o disfarce da liberdade de expressão. Na verdade, trata-se de captura algorítmica da atenção pública.

Estudos recentes mostram que, em Moçambique, o uso das redes sociais está intimamente ligado à participação política não convencional: protestos, petições, boicotes. Mas também à disseminação de desinformação e discursos de ódio. A juventude urbana, em particular, encontra nas plataformas digitais um espaço para expressar frustrações. Contudo, também reproduz comportamentos extremistas, muitas vezes alimentados por lideranças partidárias que exploram a polarização como capital político.

A ausência de mediação institucional agrava o cenário. Nem o Governo nem a oposição têm promovido discursos conciliatórios. Pelo contrário, mantêm posturas rígidas e fomentam o conflito, em vez de procurar soluções pacíficas. A sociedade civil, embora activa, enfrenta dificuldades em conter a escalada de intolerância. Esta já ultrapassa o ambiente virtual e manifesta-se nas ruas, com actos de vandalismo, exclusão social e desconfiança generalizada.

Mas o impacto não se limita à esfera pública. As redes sociais também têm reconfigurado as relações amorosas, as amizades e os laços comunitários. Casais desentendem-se por mal-entendidos digitais, por likes mal interpretados, por ausências virtuais que se tornam acusações reais. Amizades de anos desfazem-se por divergências políticas expressas em comentários impulsivos. A confiança, que antes se construía em conversas presenciais, hoje é corroída por capturas de ecrã e interpretações enviesadas. A intimidade tornou-se vulnerável à vigilância algorítmica.

No plano cultural e turístico, a fragmentação também se faz sentir. Narrativas locais são abafadas por tendências globais. Tradições são caricaturadas ou esquecidas em nome da viralidade. Cidades como Nampula, com património histórico e diversidade cultural, correm o risco de serem reduzidas a estereótipos digitais. O turismo, que poderia ser ponte entre culturas, torna-se palco de consumo superficial, onde o visitante vê, mas não escuta, fotografa, mas não compreende.



É urgente reconhecer que o problema não está apenas nas redes. Está na forma como as usamos, como as interpretamos e como permitimos que moldem o nosso entendimento do país e das nossas relações. Moçambique precisa de mais do que conectividade. Precisa de consciência crítica, de literacia digital, de espaços de escuta e reconstrução. Precisa de afecto com exigência, de convivência com dissenso, de cidadania com empatia.

Dividir e manipular para reinar são estratégias que enfraquecem a cidadania e comprometem o futuro colectivo. Cabe às instituições, aos média, às organizações da sociedade civil e aos próprios cidadãos resistir à fragmentação e à manipulação. Cabe-nos reconstruir pontes, exigir transparência e devolver à política, e à convivência, o que ela perdeu: densidade, contexto e humanidade.

E que nunca nos esqueçamos: Moçambique é maior do que qualquer partido, qualquer ideologia, qualquer algoritmo. Somos um povo plural, resiliente, com histórias que se entre-

laçam e sonhos que se cruzam. A política deve ser instrumento de construção, não de destruição. Discordar não é odiar. Debater não é atacar. E divergir não é dividir.

Que as redes sociais não nos separem mais do que já estamos. Que a política não nos transforme em inimigos. Que a cidadania seja o espaço onde o respeito, a escuta e a tolerância voltem a ser possíveis.

Porque o futuro de Moçambique não se constrói com desavenças, ódio, intolerância digitais... o futuro se constrói com relações humanas: em casa, na escola, no serviço, nos mercados, nos campos de futebol, nos encontros culturais, nas relações amorosas e, sobretudo, no coração da convivência.

Não deixemos que a política, no lugar de nos unir em torno de causas comuns, nos divida em torno de verdades absolutas.

Por: ERNESTO TIMBE